



Não binariedade: uma identidade emergente no Brasil contemporâneo

(No binaridad: una identidad emergente en el Brasil contemporáneo)

(Non-binarity: an emerging identity in contemporary Brazil)

Dri Azevedo¹

Começo esta introdução do dossiê 10 da *Revista Periódicus* com a seguinte provocação: a não binariedade é um problema nos estudos de gênero porque, epistemologicamente, ao falar dela, estamos falando contra o gênero. Precisamos, para isso, entender que o conceito de “gênero”, ao contrário do que normalmente se acredita – pelo menos pelo senso comum – não foi cunhado pelos movimentos de mulheres ou LGBTQIAPN+, mas dentro dos saberes médicos. É geralmente atribuído ao surgimento do conceito o texto *Tráfico de mulheres*, de Gayle Rubin (1975), mas, na verdade, ele foi primeiramente utilizado por John Money em 1955.

Segundo Felipe Lattanzio e Paulo Ribeiro (2018), em um artigo intitulado *Nascimento e primeiros desenvolvimentos do conceito de gênero*, John Money foi um psicólogo e sexólogo neozelandês e o primeiro a usar o termo “no sentido de relacioná-lo às diferenças entre o sexo anatômico e o que ele considerava o sexo psicológico.” (p. 412). Ele utilizou “gênero” pela primeira vez em 1955 em um texto sobre a intersexualidade (que chamava de “hermafroditismo”) e passou a fazer experimentos com pessoas intersexo para provar a todo custo a sua teoria de que o gênero poderia ser “implantado” nas crianças em seus primeiros meses e anos de vida – refutando a teoria de que o mais importante para a formação do gênero seria a dimensão biológica (hormônios, gametas etc.).

¹ Dri Azevedo foi prof. substitute de teoria literária na UFRJ e atualmente é pesquisadore de pós-doutorado pelo departamento de Ciência da Literatura na mesma instituição, além de fazer parte da equipe de coordenação do Laboratório de Teorias e Práticas Feministas do PACC-UFRJ. Foi bolsista de Pós-Doutorado FAPERJ Nota 10 de 2018 a 2021 no programa de Pós-Graduação em Literatura, Cultura e Contemporaneidade, onde adquiriu título de doutore no mesmo programa (2016). Fez seu doutorado sanduíche na Université de Lille 3, na França, sob supervisão de Sam Bourcier (2013-2014). É autore do livro *Reconstruções queers: por uma utopia do lar* (2022). Produz textos de teoria e crítica cultural com enfoque em questões do feminismo contemporâneo, teoria queer e questões de gênero. Escreveu o capítulo *Corpo atritável – por uma nova epistemologia do sexo*, presente na antologia *Pensamento Feminista – Sexualidades no Sul Global* (org. Heloisa Buarque de Hollanda) e os textos de capa para o Suplemento Pernambuco sobre Letramento Trans no Brasil e em homenagem à Glória Anzaldúa. Produz conteúdo sobre não-binariedade e questões de gênero e cultura no instagram @dri_azevedo. E-mail: adrianapfa3@gmail.com



Esse conceito foi atualizado por psicanalistas, como Ralph Greenson e Robert Stoller, nos anos 1960. E sobre isso, Jean Laplanche, em seu livro *Sexual – a sexualidade ampliada no sentido freudiano*, elabora que, “com Stoller, e depois dele, a noção de gênero torna-se sinônimo de um conjunto de convicções, a convicção de pertencer a um dos dois grupos sociais definidos como masculino ou feminino, ou ainda, ‘a convicção de que a designação a um desses dois grupos foi correta’”. (Laplanche, 2015)

Essas produções tecnológicas do gênero, seja nos experimentos de Money ou nos textos psicanalíticos e na clínica de Stoller, têm um papel crucial na produção binária dos gêneros e na concepção de que os únicos caminhos a trilhar seriam o masculino ou feminino, o homem ou a mulher, mesmo com a crença de que essas formas de identificação sejam mais “sociais e psicológicas” do que naturais e fixas.

O feminismo dos anos 1970 no ocidente se reapropriou do conceito de gênero produzido no contexto médico e da saúde mental para mostrar como mulheres não são destinadas naturalmente a determinados papéis sociais. As feministas desse período vão começar um esforço teórico para mostrar como que não há um determinismo biológico para o que é “ser mulher”, tampouco ser mulher é ser pouco dotada de força, capacidade racional, de decisões etc. Em seu artigo *Gênero e teoria queer*, Teresa De Lauretis (2014) explica um pouco sobre isso:

O conceito de gênero foi introduzido e articulado por pesquisadoras feministas em diversos campos disciplinares, no âmbito do Women's Studies; e era o eixo central, o elemento coeso da crítica feminista ao patriarcado ocidental. Gênero ou sistema 'sexo-gênero', como o chamavam as antropólogas feministas, foi o quadro em que as feministas analisaram a definição sociossexual da Mulher como divergente do padrão universal que o Homem era. Em outras palavras, o gênero não pertencia ao homem, gênero era a marca da mulher, a marca de uma diferença que implica a condição de subordinação das mulheres à família e à sociedade, devido a um conjunto de características relacionados à sua constituição anatômica e fisiológica – características tais como a inclinação ao cuidado, à maleabilidade e ao fisiologismo... (De Lauretis, 2014, p.167)

Os estudos das mulheres e feministas acabaram tornando o gênero, ou os chamados Estudos de Gênero, em estudos sobre mulheres, diferente dos estudos sobre sexualidade, que eram os estudos gays e lésbicos. O feminismo utilizou o gênero como uma ferramenta potente, mas sem questionar as oposições-base do patriarcado, tampouco a forma como esse sistema sexo-gênero se organizava compulsoriamente a partir de uma lei dicotômica.

Por conta de uma noção de gênero que persistia e reencenava a sua binariedade, surge, em meados dos anos 1990, o termo *genderqueer* e seus derivados (*genderfluid*, *genderbender* etc). Esses conceitos são, no contexto anglófono, antepassados do conceito de não binariedade. Para entendermos melhor as rasuras epistemológicas que a não binariedade produz no gênero, precisamos nos ater por um instante nesse período.



No site *Genderqueerid.com*, alimentado pelo ativista Marilyn Roxie desde setembro de 2010, ele criou um texto, atualizado em 2011, intitulado *Genderqueer History* em faz um percurso pelos usos mais antigos do termo. Segundo Roxie:

Em meados da década de 1990, uma comunidade não binária mais articulada começou a surgir com um nome: gênero queer. Riki Anne Wilchins, ativista e fundadora da GenderPAC (Gender Public Advocacy Coalition, ativa de 1995 a 2009), tem usado frequentemente o termo gênero queer e tem sido associada a ele, principalmente devido à sua editoria da antologia *GenderQueer: Voices Beyond the Sexual Binary* in 2002. (Roxie, 2011)

Roxie faz um compilado bastante interessante dos escritos contemporâneos ao surgimento do termo e que fazem uma reflexão sobre a profusão de nomes que estavam surgindo para falar de pessoas que questionavam os binarismos. É interessante notar que não se falava apenas em estar para além dos binários, mas de um posicionamento político de enfrentamento, de contorção do gênero, conforme vemos no trecho do livro de Kate Bornstein, *Gender Outlaw: On Men, Women, and the Rest of Us* (1994), em que ela utiliza o interessante termo “bandides de gênero”:

Todas as categorias de transgêneros encontram um terreno comum em que cada um deles quebra uma ou mais regras de gênero: o que temos em comum é que somos bandides do gênero, cada um de nós. Tentar nos dividir em categorias rígidas... é como tentar aplicar as leis dos sólidos ao estado dos fluidos: é a nossa fluidez que nos mantém em contato uns com os outros. (Bornstein, 1994, citada em Roxie, 2011)

Além desse excerto, Roxie também nos apresenta um valioso trecho que Leslie Feinsberg (1992) escreveu em *Transgender Liberation: A Movement Whose Time Has Come*:

Há outras palavras usadas para expressar a ampla gama de “bandides de gênero”: travestis, transexuais, drag queens e drag kings, travestis, bulldaggers, stone butches, andróginos, diesel dykes ou berdaches – um termo dos colonos europeus. Não escolhemos essas palavras. Eles não cabem em todos nós. É difícil combater uma opressão sem um nome que conote orgulho, uma linguagem que nos honre. Nos últimos anos, começou a surgir uma comunidade que é por vezes referida como comunidade de gênero ou transgênero. Dentro da nossa comunidade existe um grupo diversificado de pessoas que nos definem de muitas maneiras diferentes. As pessoas transexuais estão exigindo o direito de escolher as nossas próprias autodefinições. (Feinsberg, 1992, citada em Roxie, 2011)

Genderqueer apareceu no meio dessa pluralidade de termos criados pelos movimentos políticos trans*, se tornando um conceito importante nos anos 1990 e início dos anos 2000. É um termo político, mais até do que identitário. Isso quer dizer que *genderqueer* era usado (e ainda é) no sentido de desafiar os gêneros, de estar em uma localização de gênero não-normativa, não hegemônica – em suma, um gênero “estranho”, “esquisito”. Rocko Bulldaguer, em um famoso e importante texto de 2006, intitulado *The end of genderqueer*, o define da seguinte forma:

Minha própria definição de gênero queer: (1) uma pessoa que é dolorosamente deliberada e conscientemente política em sua expressão de gênero. (2) Alguém que se identifica



com os esforços para subverter dinâmicas de poder opressivas, minando as expectativas tradicionais de gênero. (3) Uma pessoa cuja apresentação de gênero é determinada por sinais de gênero tradicionais – alguém que exibe feminilidade ou masculinidade excessiva. Convenientemente, esta definição poderia incluir a mim, a minha namorada, pessoas heterossexuais radicais, todes nosses amigues trans* e qualquer outra pessoa que realmente quisesse se identificar como tal. (Bulldagger, 2006, p. 139)

Alguns anos mais tarde, em 2010, iniciando meus estudos em teoria *queer* no mestrado, eu tive o meu primeiro contato com esse conceito fazendo pesquisas na internet. Naquele momento, conhecendo os debates sobre identidades dissidentes no contexto estadunidense, um mundo de possibilidades se abria para mim. Comecei ter, pela primeira vez, algum tipo de identificação real com as produções de subjetividade e encontrava algum nome que materializasse no discurso o que eu já vinha experienciando no meu corpo – aquele deslocamento, aquela falta de adequação.

Em 2011, eu criei um blog intitulado *Genderqueer*, que acabei reencontrando recentemente. Vasculhando o compilado de coisas que eu ia acumulando ali – o blog era uma espécie de arquivo de pesquisa sobre corpos dissidentes – eu fui entendendo que, ao contrário do que eu pensava, a minha não binariedade vinha se construindo desde aquela época (eu achava que era a partir de 2015).

Não binariedade não é um termo correlato a *genderqueer*. Eles não são exatamente sinônimos. Mas a popularização da palavra “*genderqueer*” no contexto anglófono (sobretudo a partir da publicação *GenderQueer: Voices From Beyond the Sexual Binary*, editada por Joan Nestle, Clare Howell e Riki Wilchins, em 2022), tornou possível teoricamente e politicamente a popularização de um debate sobre corpos fora dos binários e que não se adequassem aos binários. Es bandides de gênero ganharam nomes.

Não binária é, dentre todos os termos (gênero fluido, *genderbender*, gênero *queer* etc.) que parece ter se adequado mais ao contexto das línguas não-anglófonas por ser facilmente traduzido e compreendido para além dos espaços das políticas trans e dos estudos de gênero. Além disso, é uma forma bastante potente de nos colocarmos contra as limitações dicotômicas da subjetividade baseada no sistema sexo-gênero hegemônico.

O desejo deste dossiê é de justamente refletirmos sobre os usos do termo “não binariedade” e de suas manifestações políticas no contexto brasileiro contemporâneo, por carecermos, de certa forma, de um acervo teórico e textual consistente sobre o tema. Isso levando em conta que seu uso, a partir sobretudo do ano de 2015 no contexto digital, reverberou para além de grupos de militância, provocando debates intensos no campo da linguagem, no campo político, acadêmico, artístico etc.

Boa leitura!



Referências

BULLDAGUER, ROCKO. The end of genderqueer. In. SYCAMORE, Mattilda Bernstein (ed.). *Nobody passes: rejecting the rules of gender and conformity* ed. Nova York: Seal Press, 2006.

LAURETIS, Teresa De. Gênero e teoria queer. *Albuquerque: revista de história*, v. 13 n. 26 (2021): Dossiê: Gênero em perspectiva multidisciplinar. Disponível em: <<https://periodicos.ufms.br/index.php/AlbRHis/article/view/12446>>. Acesso em: 26 fev. de 2024.

LAPLANCHE, J. *Sexual – a sexualidade ampliada no sentido freudiano*. Porto Alegre: Dublinense, 2015.

LATTANZIO, Felipe; RIBEIRO, Paulo. Nascimento e primeiros desenvolvimentos do conceito de gênero. *Psic. Clin.*, Rio de Janeiro, vol. 30, n.3, p. 409-425, set-dez/2018.

NESTLE, Joan; WILCHINS, Riki. *GenderQueer. Voices from beyond the sexual binary*. Nova York: Magnus Books, 2002.

ROXIE, Marilyn. *GenderQueer History*. Disponível em: <<https://genderqueerid.com/gqhistory>>. Acesso em: 22 fev. de 2024.

RUBIN, Gayle. Tráfico de mulheres. In.: *Políticas do sexo*. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

